



PROGRAMA CAMPONÊS: UMA POLÍTICA PÚBLICA DESDE OS CAMPONESES

Gerson Antonio Barbosa Borges
Bernardo Mançano Fernandes

RESUMO

Este artigo demonstra uma experiência de construção de uma política pública emancipatória através de uma reflexão bibliográfica, documental e o uso de entrevistas com protagonistas do Programa Camponês. É uma referência que contesta uma parte da literatura sobre políticas públicas que entende ser esta apenas uma iniciativa do Estado. Os movimentos socioterritoriais também são instituições com potencial de criação de política pública, como demonstrado neste artigo. Estas políticas públicas emancipatórias nascem de baixo para cima, com as ações e proposições dos movimentos que a partir de suas ofensivas, superam atitudes reivindicativas para atitudes propositivas. Esta é uma experiência que inaugurou uma rede campo-cidade para a comercialização de alimentos saudáveis. É importante destacar que a criação dessa política aconteceu pela originalidade das decisões que atenderam às necessidades das famílias do campo e da cidade vinculadas aos movimentos e que políticas emancipatórias só são possíveis com governos comprometidos com a classe camponesa.

Palavras-chave: Programa Camponês. Política pública emancipatória. Movimentos socioterritoriais. MPA. Via Campesina.

PEASANT PROGRAM: A PUBLIC POLICY FROM THE PEASANTS

ABSTRACT

This article demonstrates an experience of building an emancipatory public policy through a bibliographical and documental reflection and the use of interviews with protagonists of the Peasant Program. It is a reference that challenges a part of the literature on public policies that understands that this is just a State initiative. Socio-territorial movements are also institutions with the potential to create public policy, as shown in this article. These emancipatory public policies are born from the bottom up, with the actions and propositions of the movements that, based on their offensives, overcome demanding attitudes towards propositional attitudes. This is an experience that inaugurated a country-city network for the sale of healthy foods. It is important to highlight that the creation of this policy happened due to the originality of the decisions that met the needs of rural and city families linked to the movements and that emancipatory policies are only possible with governments committed to the peasant class.

Keywords: Peasant Program. Emancipatory public policy. Socio-territorial movements. MPA. Via Campesina.

PROGRAMA CAMPESINO: UNA POLÍTICA PÚBLICA DE LOS CAMPESINOS

RESUMEN

Este artículo demuestra una experiencia de construcción de una política pública emancipadora a través de una reflexión bibliográfica y documental y el uso de entrevistas con protagonistas del Programa Campesino. Es un referente que cuestiona una parte de la literatura sobre políticas públicas que entiende que esto es solo una iniciativa del Estado. Los movimientos socio-territoriales también son instituciones con potencial para generar políticas públicas, como se muestra en este artículo. Estas políticas públicas emancipadoras nacen de abajo hacia arriba, con las acciones y propuestas de los movimientos que, a partir de sus ofensivas, superan las actitudes exigentes hacia las actitudes propositivas. Esta es una experiencia que inauguró una red campo-ciudad para la venta de alimentos saludables. Es importante resaltar que la creación de esta política se dio por la originalidad de las decisiones que atendieron las necesidades de las familias rurales y urbanas vinculadas a los movimientos y que las políticas emancipadoras solo son posibles con gobiernos comprometidos con la clase campesina.

Palabras clave: Programa Campesino. Política pública emancipadora. Movimientos socio-territoriales. MPA. Vía Campesina.

INTRODUÇÃO

Este artigo relata a criação do programa camponês no Rio Grande do Sul a partir do conceito de política pública emancipatória. O referido Programa proporcionou uma experiência construída por movimentos socioterritoriais e a gestão do governador Tarso Genro (2011-2015), que possibilitou a construção de uma política pública desde baixo, tendo na participação de movimentos socioterritoriais vinculados à Via Campesina uma contribuição determinante nas características de uma política pública que atendesse de fato os interesses do campesinato.

Esta política pública gerou uma rede que conectou movimentos socioterritoriais rurais e urbanos, além do movimento sindical, promovendo a comercialização de alimentos saudáveis desde a semente à mesa. De caráter classista, esta política procurou beneficiar desde a classe camponesa à classe de trabalhadores urbanos, garantindo comida saudável e qualidade de vida.

O Programa Camponês está entre as raras políticas públicas emancipatórias, considerando a predominância de políticas públicas de subordinação. Em um país onde as políticas públicas para o campesinato começaram a ser criadas, muito mais, a partir da década de 1990, consideramos que a experiência do Programa Camponês, iniciada na primeira década do século XXI, torna-se uma referência para a construção futura de políticas de desenvolvimento territorial.

POLÍTICA PÚBLICA DESDE O CAMPESINATO

Em Fernandes, 2014, discutimos a elaboração de políticas públicas por diferentes instituições. Esta compreensão rompe com a ideia de que política pública só pode ser criada pelo Estado. Ainda é necessário compreender as diferenças entre políticas públicas elaboradas para emancipar e para subordinar, como debatido por Fernandes, 2014, p. 392:

Dependendo da correlação de forças são elaboradas políticas públicas de subordinação ou políticas públicas emancipatórias. O ponto de partida é a compreensão de que os territórios camponeses e capitalistas necessitam de políticas diferenciadas para o seu desenvolvimento, que devem ser pensados de acordo com as lógicas das relações sociais. Os territórios do agronegócio têm se valido de políticas públicas e privadas para se desenvolverem a partir da lógica do trabalho assalariado e da produção de commodities para exportação. Os territórios camponeses necessitam de políticas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou associado, para a produção de diversas culturas para os mercados locais, regionais e nacional e para exportação.

Neste artigo, estudamos um exemplo de uma política pública emancipatória denominada Programa Camponês proposto pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e discutido e incorporado como pauta da Via Campesina. Para nos aproximarmos das ideias iniciais em relação ao Programa Camponês, recorreremos à memória de Chico (2019), o qual esteve presente em todos os momentos da elaboração dessa política pública:

Nós do MPA pensamos o Programa Camponês a partir do nosso Plano Camponês que traduz as demandas e necessidades da base. A construção de eixos unificados com os demais movimentos da Via Campesina do RS não foi difícil, pois nossos projetos de desenvolvimento convergem. No entanto, as negociações com o governo estadual foram duras, complexas, desgastantes e exigiram muito diálogo e luta. Por mais sensível e comprometido que estava com as nossas propostas, o Governador Tarso Genro, a estrutura do Estado não concebia uma política pública *desbancarizada*, fora das regras do Banco Central do Brasil, o que ocasionava conflitos entre o governo, os técnicos operadores das políticas públicas na estrutura do Estado e os nossos dirigentes que também eram e foram os elaboradores iniciais da política pública. (CHICO, 2019).

Cabe salientar que, pela pertinência da proposta que representava o Programa Camponês, recorda Chico (2019), o MPA do RS procurou os demais movimentos socioterritoriais da Via Campesina do RS, assim como a Federação dos Metalúrgicos do

RS, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e o Levante Popular da Juventude (LPJ), para compartilhar e aperfeiçoar o desenho da política pública que estava em elaboração e, da mesma forma, pensar lutas em conjunto para obter êxito perante o estado do RS, ao apresentar o projeto.

CONSTRUINDO O PROGRAMA CAMPONÊS

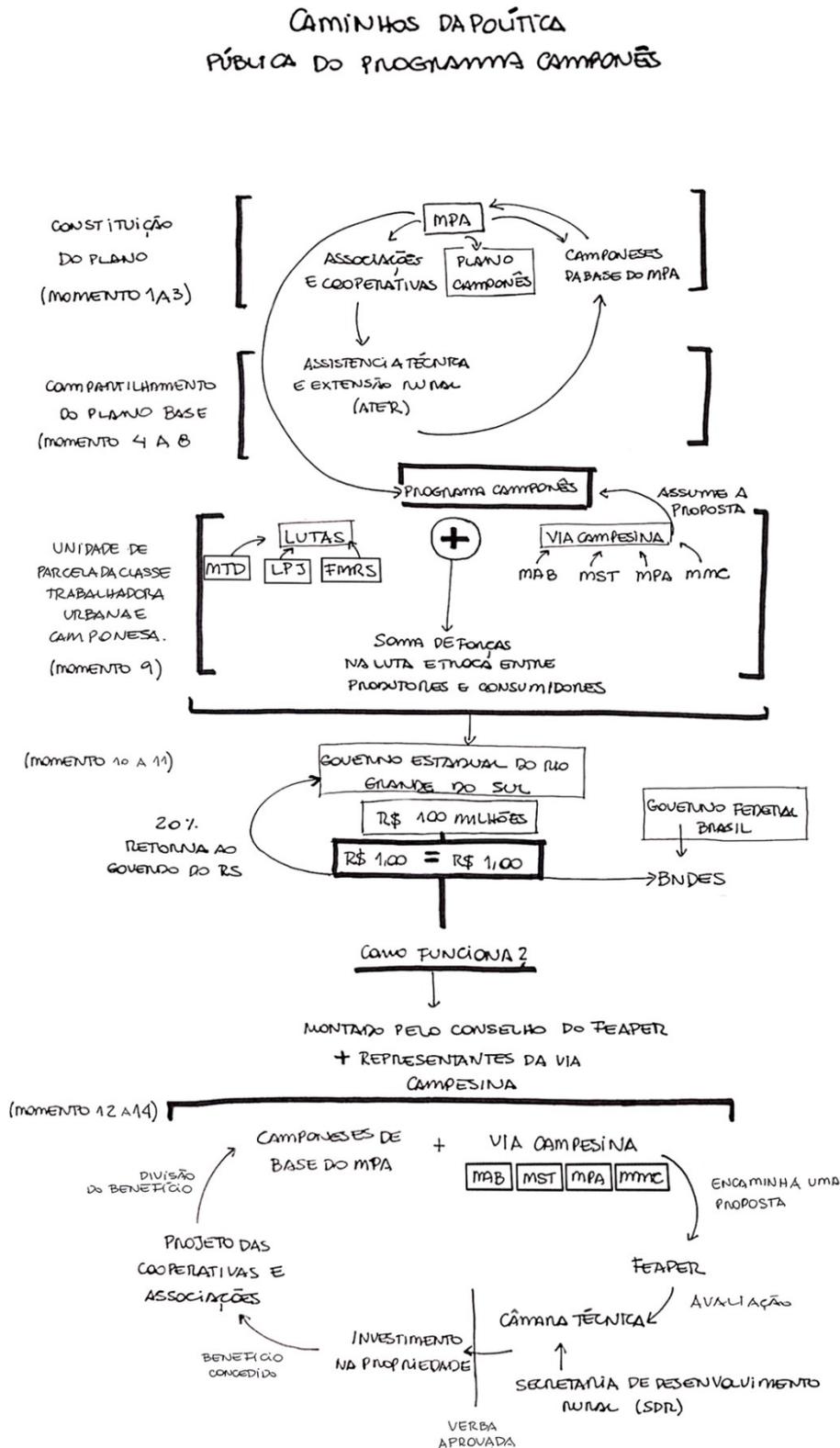
Nas Figuras 1 e 2, é possível seguir os caminhos percorridos pelos movimentos socioterritoriais na construção e na conquista do Programa Camponês. A leitura dos organogramas é melhor compreendida quando relacionada com o texto a seguir.

Figura 1 – Organograma “Questões e sujeitos envolvidos na elaboração da política pública do Programa Camponês”



Fonte: Elaboração própria, com base em MPA (2012) e Via Campesina (2015), representação por Rosin (2020).

Figura 2 – Organograma “Caminhos da Política Pública do Programa Camponês”



Fonte: Elaboração própria, com base em MPA (2012) e Via Campesina (2015), representação por Rosin (2020).

Podemos classificar o Programa Camponês enquanto uma política pública emancipatória, tal como Fernandes (2013; 2015) compreende. Desde as ações iniciais pelo MPA e, em seguida, no conjunto da Via Campesina. A compreensão de Fernandes tem como uma de suas referências o Programa Camponês, destacado na entrevista a seguir:

Temos muitas ideias para pôr em prática junto a nossa base. Mas as políticas públicas que os agricultores acessam, impossibilitam avanços em sistemas diversificados de alimentos, ainda mais agroecológicos. Essas políticas públicas tradicionais de certa forma nos aprisionam em sistemas pré-estabelecidos. Diferente é o nosso Programa Camponês. (NAPOLEONI, 2019).

Ao olharmos para o organograma anterior e seguirmos a evolução dos “Momentos”, percebemos que do “Momento 1” ao “Momento 14” a participação do campesinato e de outros setores da classe trabalhadora foi constante no território, assim como a presença de uma outra política pública, nesse caso, a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

Selecionamos alguns números em relação às atividades desenvolvidas por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural, que do ano de 2009 até 2019, período em que os movimentos socioterritoriais acessaram os projetos de assistência técnica, que atingiu 8.698 famílias no Rio Grande do Sul, envolvendo mais de 35.000 atividades entre divulgação, diagnóstico, visitas técnicas, seminários, cursos, intercâmbios, avaliação parcial e final (ATER MPA, 2019), como Chico nos explica:

Quando conseguimos ouvir e prostrar com a nossa base mais seguidamente, tivemos oportunidade de falar bastante sobre o Plano Camponês. Isso fez com que os agricultores aumentassem o leque de demandas. Este leque de demandas, mais o acúmulo que a gente já tinha, foi importantíssimo para iniciarmos a elaborar as propostas do Programa Camponês. Não tenho dúvida que o ATER propiciou as condições concretas para criarmos esta nova política pública. (CHICO, 2019).

Essas observações de Chico (2019) reforçam nossa interpretação em relação à relevância da política pública de ATER a partir de 2009-2010, quando não mais apenas os capitalistas participavam dos debates da assistência técnica, mas também pequenos agricultores e sem-terra. Entre esses sujeitos, estavam presentes as representações dos movimentos socioterritoriais ligados à Via Campesina. O Programa Camponês não é

produto da ATER, é uma política que o MPA vinha construindo desde suas primeiras elaborações em torno das políticas públicas, todavia o debate junto à ATER foi muito importante para sua ampliação. A política pública Programa Camponês encontrou solo fértil para se tornar realidade com a ATER, a qual potencializou os debates entre a equipe técnica ligada ao Movimento e às cooperativas junto com os agricultores, somando-se a um governo que estava aberto ao diálogo diante de todas as classes sociais, no momento dessas discussões e reivindicações no ano de 2012. A esse respeito, podemos apontar o chamado “conselhão”¹ (RS, 2011).

Retornando ao organograma da Figura 2, observe que do Momento 1 ao Momento 3, temos o caminho percorrido entre o MPA, suas estruturas e a base que compõe o Movimento para a construção do Plano Camponês. No Momento 4, destacamos a relevância das cooperativas e associações para organizar as políticas públicas e executá-las, esta que trazemos como exemplo, na sequência, a política pública de ATER, pois propiciou diálogos constantes com os camponeses acerca de suas iniciativas produtivas, assim como demandas para exercitar atividades com potencial de superar os processos de subordinação. Essa movimentação organizada resultou nas ideias originárias do Programa Camponês. Observando do Momento 6 ao Momento 8, pode-se seguir a trajetória da elaboração dessa política pública.

É relevante afirmar que a política pública pode ser elaborada por diferentes sujeitos, de diferentes territórios. Portanto, o MPA, a Via Campesina, as cooperativas/associações e o Estado nos níveis federal, estadual e municipal podem ser considerados potenciais criadores de políticas públicas, juntos ou separados. Nesse caso, a política pública surgiu das necessidades dos agricultores, como comenta a seguir Napoleoni, que em seguida são organizadas pelos movimentos e suas cooperativas e associações, propondo o devido uso de recursos financeiros desde o Estado para o desenvolvimento territorial.

Sabíamos que os demais movimentos da Via Campesina e suas respectivas bases também tinham necessidades similares às nossas. Isso nos levou a socializar a proposta em uma das reuniões da Via Campesina. Os demais companheiros acharam pertinente. Então falamos ‘Que tal tornarmos uma

¹Sobre o conselhão: “o órgão de consulta e assessoramento do governador é composto por 90 conselheiros de diferentes segmentos da sociedade, além de 11 integrantes do Governo. Ele teve o papel de analisar, debater e propor diretrizes para promover o desenvolvimento territorial rural do Rio Grande do Sul”. (RS, 2011). Entre as organizações participantes estavam a FARSUL e a Via Campesina.

pauta da Via?’ De pronto, todos aceitaram e então fomos à luta. (NAPOLEONI, 2019).

A Via Campesina assumiu a proposta do Programa Camponês no momento em que o MPA socializou a ideia inicial, como observamos previamente nas palavras de Napoleoni (2019) e como indica o Momento 9 do organograma. A partir dessa fase, a política pública ganhou uma maior dimensão territorial, multiescalar e multidimensional, extrapolando os territórios camponeses. Em uma articulação de classes entre camponeses e trabalhadores urbanos, a Via Campesina abriu conversações com a Federação dos Metalúrgicos do RS, o Levante Popular da Juventude (LPJ) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

A relação entre a Via Campesina e as organizações urbanas² citadas no parágrafo anterior já existia, porém, nessa ocasião, abriu-se uma porta singular, pois em última análise o Programa Camponês estava em construção para organizar e melhorar a produção de alimentos do campesinato e os seus respectivos mercados, a partir das ideias do Plano Camponês. Por outro lado, o debate da alimentação saudável, concomitante à origem dos alimentos, é uma reflexão que esses movimentos urbanos estavam realizando, como mostra Natacha:

A comida aqui na cidade tem um preço bastante elevado, principalmente os que contêm o rótulo de procedência orgânica. Esses nós não tínhamos condições de adquirir. Consumíamos muitos alimentos geneticamente modificados e com bastante agrotóxico, não era o certo, mas era o que conseguíamos adquirir com o nosso dinheiro. Na nossa organização aqui da cidade, já fazia um tempo que a gente pensava em maneiras de não apenas apoiar os movimentos do campo em suas lutas, mas também poder adquirir parte dos alimentos que eles produzem, pois sabemos que grande parte dos agricultores ligados à Via Campesina cultivam alimentos saudáveis. Acho que o Programa Camponês surgiu para ajudar a construir esse caminho que liga povo da cidade com povo do campo. (NATACHA, 2019).

Essa interação dos movimentos camponeses e urbanos criou possibilidades de enriquecimento teórico em relação às ideias do Programa Camponês, pois estas foram compartilhadas com as organizações parceiras da cidade. O projeto de política pública, ao ser apresentado aos governos Estadual e Federal, já possuía uma configuração que

²O Levante Popular da Juventude não é apenas um movimento urbano. Fazem parte dessa organização jovens urbanos e camponeses. Todavia, geralmente os camponeses, além de participarem do LPJ, também fazem parte de algum movimento socioterritorial da Via Campesina.

satisfazia as demandas dos produtores e consumidores participantes das organizações anteriormente referidas.

A construção coletiva do Programa Camponês entre as partes interessadas conseguiu integrar os vários momentos do processo produtivo até a realização desse sistema em redes de comercialização que priorizam os produtores, suas cooperativas, associações e os consumidores, como explica Januário:

Debatemos inicialmente uma ideia de política pública que não estivesse nas amarras dos acordos de Basileia³ em relação às exigências restritivas e excludentes impostas para os pequenos agricultores acessarem financiamentos. Também nos interessava um caminho que fortalecesse as entidades de cooperação das nossas bases, por isso, no desenho operativo da política pública, a relação do sistema financeiro é com as nossas cooperativas e associações. A riqueza da proposta se efetivou com o olhar dos consumidores organizados, que estavam representados por alguns movimentos. Essa junção de ideias permitiu pensarmos desde a fertilidade da terra até aquele que consome o alimento. (JANUÁRIO, 2019).

Da elaboração do projeto Programa Camponês até o acesso à política pública em questão, houve uma série de disputas territoriais no âmbito do aceite por parte do Estado. As disputas territoriais ocorreram por meio de negociações com o governo estadual do RS concomitantemente aos momentos de trancamentos de órgãos públicos, passeatas e diálogos constantes com a sociedade. Napoleoni, novamente explica:

Com muita pressão popular, conseguimos sentar com o governador Tarso Genro, seus assessores e o secretário da Secretaria de Desenvolvimento Rural. O governador estava empolgado com nossa proposta, mas o secretário e uma parte dos assessores não demonstravam a mesma empolgação. Por fim, foi encaminhado por parte do governador a designação da construção de um grupo de trabalho, composto por representantes do Estado e dos movimentos, para elaborarmos os caminhos de operacionalização da política pública. (NAPOLEONI, 2019).

O grupo de trabalho ficou composto por assessores do governador, o Secretário de Desenvolvimento Rural, seus assessores e representantes da Via Campesina que também atuam nas cooperativas e associações. Definiu-se após as reuniões de trabalho que o governo do estado do RS destinaria inicialmente 100 milhões de reais para investimentos e, para cada real que saísse dos cofres do estado, o mesmo governo estaria financiando mais um real com origem do Fundo Social⁴ do Banco Nacional de

³ Sobre os acordos de Basileia, ver: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recomendacoesbasileia>

⁴De acordo com os objetivos do BNDES, o Fundo Social é constituído por uma parcela dos lucros anuais do BNDES. Este fundo apoia investimentos de caráter social, nas áreas de inclusão produtiva, serviços

Desenvolvimento Social. Dos recursos do estado do RS, em cada financiamento deveriam ser devolvidos 20%, enquanto os do BNDES seriam não retornáveis (MPA, 2012).

O caminho jurídico da política pública foi redigido no Fundo de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos (FEAPER), pelo conselho deste órgão em conjunto com os representantes da Via Campesina.

Ficou estabelecido que os projetos de investimentos seriam apresentados pelas cooperativas e associações da Via Campesina ao FEAPER e, em seguida, avaliados por uma câmara técnica da Secretaria de Desenvolvimento Rural. (CHICO, 2019).

Além da explicação de Chico, destaca-se que os camponeses discutiram as demandas de investimento com suas cooperativas e associações. Após os diálogos sobre o que seria importante investir na propriedade, a equipe técnica das cooperativas e associações elaborou o projeto de acordo com as orientações das famílias, como comenta Estela:

Foi uma grande vitória do nosso movimento. A gente sempre teve muita dificuldade em lidar com as exigências dos bancos. Quando a gente vai tirar um empréstimo, eles nos pedem uma papelada que nos cansa, alguns dos nossos chegam a desistir. Cada dia é uma coisa diferente, ficamos troteando de nossas casas para o banco um grande tempo e às vezes assinamos papéis que liberam a cobrança de algumas taxas sem nos dar conta. Com o Programa Camponês foi diferente. O que a gente queria chegou em nossa propriedade depois das prosas na comunidade. Sem a gente precisar ir ‘no’ banco. Isso facilitou bastante. (ESTELA, 2019).

Como observamos no relato da Estela (2019), além de fortalecer as instituições coletivas do campesinato, esse caminho da política pública criou uma desburocratização. No Quadro-síntese da Política Pública Programa Camponês, apresentamos as concepções da política pública a partir das reflexões do MPA e demais organizações da Via Campesina no RS.

Os recursos financeiros do Programa Camponês, após a aprovação dos projetos, eram liberados pelo Badesul⁵ para as cooperativas e associações ligadas aos movimentos

urbanos, saúde, educação, desportos, justiça, meio ambiente e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social. Nos últimos anos, o BNDES Fundo Social tem direcionado grande parte dos investimentos em projetos de inclusão produtiva, tendo como público-alvo agricultores familiares e seus empreendimentos, observados os termos da Lei nº 11.326 de 2006, com ênfase em mulheres, jovens, produtores que adotem sistemas agroecológicos e povos e comunidades tradicionais. (BNDES, 2019).

⁵O Badesul é uma agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, busca promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, oferecendo consultorias e

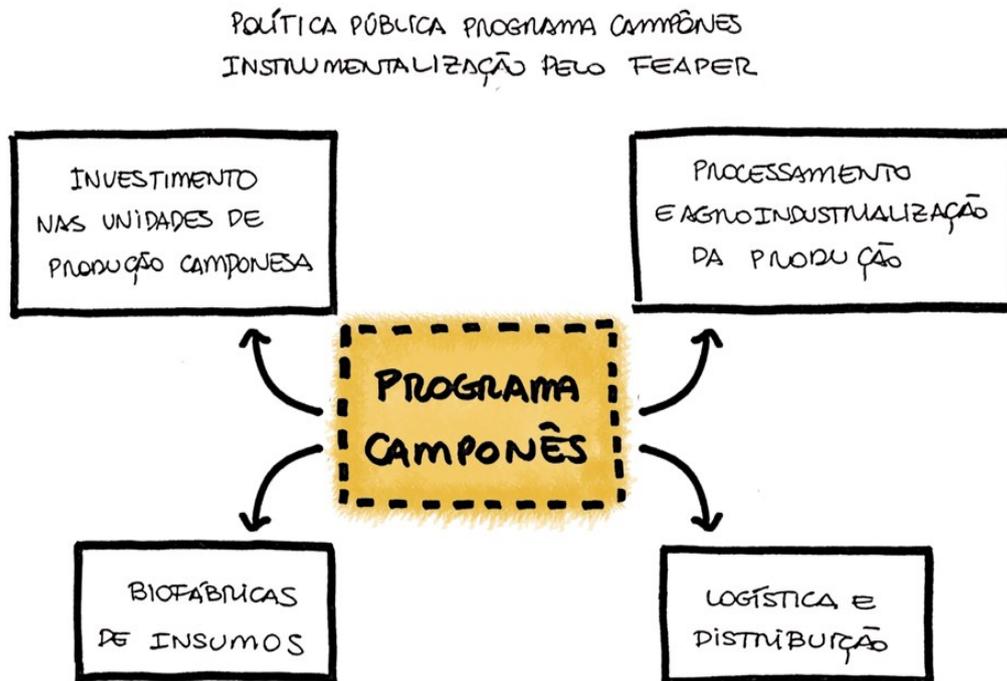
da Via Campesina. Essas instituições organizavam a aquisição e distribuição do que era demandado pelos camponeses.

APLICANDO O PROGRAMA CAMPONÊS

O próximo organograma expressa os grandes eixos de investimento da Programa Camponês, abrangendo desde a escala da unidade de produção até as associações e as cooperativas, da fertilidade do solo à comercialização e distribuição.

um conjunto de soluções financeiras de longo prazo para projetos do setor público, de empresas privadas e de produtores rurais (BADESUL, 2019).

Figura 3 – Organograma “Política Pública ‘Programa Camponês’: Instrumentalização”



Fonte: Elaboração própria, com base em MPA (2012) e Via Campesina (2015), representação por Rosin (2020).

Em relação ao MPA, esses eixos de investimentos do Programa Camponês responderam às principais demandas dos camponeses manifestadas nas diversas atividades do Movimento, principalmente de assistência técnica, assim como fizeram-se presentes princípios do Plano Camponês, destacados por Januário:

Quando o dinheiro iniciou a ser liberado e nós conseguimos começar a entregar o que os agricultores tinham solicitado nos projetos, senti a força da política pública construída pelos que dela necessitam. Não é como o PRONAF que atualmente mantém uma série de restrições em relação às decisões dos agricultores. Em relação aos produtos a serem entregues, tentamos priorizar a aquisição do que era demandado e produzido por entidades cooperadas de nosso controle ou de parceiros. O que a gente já fazia nas cooperativas localizadas em nossos Centros Territoriais de Cooperação⁶, aumentamos a escala e também reforçamos a logística das nossas entidades. Hoje, nossa biofábrica é uma realidade e produz uma diversidade de insumos. Nossas

⁶ Os Centros Territoriais de Cooperação são territórios de controle do campesinato organizado no Movimento dos Pequenos Agricultores. Nestes centros são desenvolvidas atividades de formação, cooperação, produção e criação de novas tecnologias. é um território que liga as diferentes dimensões e escalas territoriais (BORGES, 2020).

agroindústrias também tiveram avanços importantíssimos. (JANUÁRIO, 2019).

Essa fala de Januário (2019) faz com que possamos voltar a discorrer em torno das potencialidades dos Centros Territoriais de Cooperação para pensar possíveis alterações nas diversas escalas e dimensões do território, a partir da produção ordenada e da conquista de políticas públicas emancipatórias em conjunto e como retorno de lutas socioterritoriais.

A comercialização da produção é uma questão complexa de ser tratada, principalmente pelo motivo de existir uma hegemonia do regime alimentar corporativo que controla quase a totalidade dos canais de comercialização (MCMICHAEL, 2016). Nas tratativas finais de elaboração da política pública Programa Camponês por parte dos movimentos socioterritoriais e seus parceiros, foram realizados alguns acordos com as organizações urbanas, também destacadas por Januári:

Temos um grande problema atualmente: que a comida saudável, principalmente nos centros urbanos, não está indo parar na mesa da classe trabalhadora, mas sim na mesa dos endinheirados. Nós do Movimento não queremos isso e achamos injusto. Portanto, na construção do Programa Camponês, acordamos em comercializar parte dos nossos alimentos em feiras e mercados populares nas periferias. Também acertamos com a Federação dos Metalúrgicos em fornecer alimentos nos restaurantes das empresas filiadas à federação. Desse jeito, pensamos que podemos fortalecer nossas atividades na roça e nossos laços com os companheiros da cidade. (JANUÁRIO, 2019).

A conquista e o acesso ao Programa Camponês, na experiência do MPA, foram o reflexo das lutas do conjunto de movimentos socioterritoriais da Via Campesina em parceria com os movimentos da cidade dantes mencionados, do trabalho de assistência técnica, do Plano Camponês e dos Centros Territoriais de Cooperação.

CONCLUSÕES

Neste artigo inferimos que a política pública não é uma criação exclusiva das instituições de Estado. Como analisamos, os movimentos socioterritoriais, que também são instituições, mas diferentes do Estado, possuem potencial e criam políticas públicas desde suas lutas e projetos de desenvolvimento territorial. Estas políticas públicas são o resultado das demandas reais e concretas dos camponeses, pois como analisamos, eles participam de todos os momentos.

Constamos que esta política pública possibilitou alianças entre o campesinato e os trabalhadores urbanos, criando mercados populares e negando os mercados hegemônicos do capital. Não temos dúvidas que as lutas camponesas deste século XXI irão relacionar-se com demandas de inovadoras políticas públicas e alimentos saudáveis, abrindo novos caminhos nas alianças campo-cidade, por territórios e desenvolvimento territorial desde as lutadoras e os lutadores contra o capital.

REFERÊNCIAS

BADESUL. **Badesul desenvolvimento: a gente dá Valor para o Rio Grande crescer.** Disponível em: <https://www.badesul.com.br/badesul>. Acesso em: 26 dez. 2019.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território do Rio Grande do Sul. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2020.

BNDES. BNDES Fundo Social – **Apoio ao Social.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-fundo-social>. Acesso em: 24 dez. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MCMICHAEL, Phillip. **Regimes alimentares e questões agrárias.** São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora da UFRGS, 2016.

MPA. **Programa Camponês: por alimentação saudável e preservação da natureza, promovendo e valorizando a Agricultura Camponesa.** Articulação Nacional de Agroecologia. Não publicado, 2012.

RS. **Governo instala conselho que terá como desafio propor plano de desenvolvimento para o RS.** Governo do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-instala-conselho-que-tera-como-desafio-propor-plano-de-desenvolvimento-para-o-rs>. Acesso em: 04 jan. 2020.

Entrevistas

CHICO. Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios.

Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

ESTELA. Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios.

Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

JANUÁRIO. Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios.

Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

NAPOLEONI. Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios.

Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

NATACHA. Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios.

Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

Gerson Antônio Barbosa Borges

Graduado em História e Geografia. Especialista em Economia e Desenvolvimento Agrário pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Bolsista PROEX/CAPES. Email: gerson.borges@unesp.br / <http://orcid.org/0000-0001-7369-5788>

Bernardo Mançano Fernandes

Geógrafo, mestre e doutor pela Universidade de São Paulo (USP), Livre docente pela UNESP, professor nos programas de pós-graduação em Geografia, campus de Presidente Prudente e em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, campus de São Paulo. coordenador da REDE DATALUTA Brasil e da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Pesquisador do CNPq. Email: mancano.fernandes@unesp.br / <http://orcid.org/0000-0001-6521-8949>

Artigo recebido em 01/10/21 e aceito em 13/11/21